

Processo nº 28A/2024

TERMO DE REFERÊNCIA – COMPRAS – CONTRATAÇÃO DIRETA

1– DO OBJETO

1.1 - Contratação de empresa para fornecimento e confecção de arquivos gráficos, dentro das normas técnicas da ABNT, destinado para atender as necessidades da Assistencia Social FMAS FMS

AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇO EXTRA COPY 100X1	BL	50,0000	17,1667	858,3350	1,0000	▣858,3350
MATERIAL INFORMATIVO A4	UN	1.500,0000	0,5000	750,0000	2,0000	▣750,0000
PASTA PROCESSO	UN	1.000,0000	0,8800	880,0000	3,0000	▣880,0000
OFICIO TIMBRADO	UN	5.000,0000	0,2400	1.200,0000	4,0000	▣1.200,0000
ALVARA DE LICENÇA	UN	100,0000	1,7500	175,0000	5,0000	▣175,0000
CARIMBOS AUTOMATICOS MOD 302	UN	100,0000	33,1667	3.316,6700	6,0000	▣3.316,6700
CARTAZ EM POLICROMIA 33X48 SEM VERNIZ	UN	1.500,0000	0,8967	1.345,0500	7,0000	▣1.345,0500
FOLDER EM POLICROMIA COUCHE 115G 20X15	BL	1.500,0000	0,2500	375,0000	8,0000	▣375,0000
CARTAZ EM POLICROMIA 33X48 COM VERNIZ	UN	1.500,0000	1,1833	1.774,9500	9,0000	▣1.774,9500
CARTAZ EM POLICROMIA 66X48 COM VERNIZ	UN	1.500,0000	1,1167	1.675,0500	10,0000	▣1.675,0500
CARTAZ EM POLICROMIA 66X48 SEM VERNIZ	UN	1.500,0000	1,5667	2.350,0500	11,0000	▣2.350,0500
PLACA CHAPEADA 40X30	UN	5,0000	50,0000	250,0000	12,0000	▣250,0000
ENVELOPE TIPO SACO 24X34 TIMBRADO POLICROMIA	UN	50,0000	0,8500	42,5000	13,0000	▣42,5000
FAIXA PERSONALIZADA COM IMPRESSÃO DIGITAL	UN	80,0000	84,0000	6.720,0000	14,0000	▣6.720,0000
PLACA CHAPEADA 1,80X1,00	UN	7,0000	436,3333	3.054,3331	15,0000	▣3.054,3331
PLACA CHAPEADA 1,20X1,00	UN	12,0000	215,0000	2.580,0000	16,0000	▣2.580,0000
ADESIVO COM IMPRESSÃO DIGITAL COM RECORTE	UN	150,0000	90,3333	13.549,9950	17,0000	▣13.549,9950
PLACA ACM 60X40	M2	30,0000	61,6667	1.850,0010	18,0000	▣1.850,0010
CRACHAS	UN	20,0000	22,1667	443,3340	19,0000	▣443,3340
ENVELOPE TIPO SACO 28X21 TIMBRADO POLICROMIA	UN	1.000,0000	0,7500	750,0000	20,0000	▣750,0000
ENVELOPE TIPO SACO 22X32 TIMBRADO POLICROMIA	UN	1.750,0000	0,9167	1.604,2250	21,0000	▣1.604,2250
ENVELOPE TIPO SACO 37X47 TIMBRADO POLICROMIA	UN	1.750,0000	1,8767	3.284,2250	22,0000	▣3.284,2250
ENVELOPE TIPO SACO 25X18 TIMBRADO POLICROMIA	UN	1.750,0000	0,9100	1.592,5000	23,0000	▣1.592,5000
FOLDER EM POLICROMIA COUCHE 115G 20X15 F/V	BL	10,0000	0,3333	3,3330	24,0000	▣3,3330
FOLDER EM POLICROMIA COUCHE 115G 33X22	UN	500,0000	0,4667	233,3500	25,0000	▣233,3500
FOLDER EM POLICROMIA COUCHE 115G 33X22 F-V	UN	500,0000	0,8667	433,3500	26,0000	▣433,3500
FOLDER F-9 EM DUAS CORES SULFITE	UN	500,0000	0,5167	258,3500	27,0000	▣258,3500

	23.364,0000		≈51.349,6011
	23.364,0000		≈51.349,6011

1.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 2021.

1.3 O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) dias contados da ordem de serviço, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O custo estimado total da contratação é de R\$ 51349,60 (*Cinquenta e um mil trezentos e quarenta e nove reais e secenta centavos*), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

3.1.1 Não será admitida a subcontratação do objeto.

4. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

4.1 O prazo de entrega dos produtos é de **10 (dez) dias**, de *forma parcelada, a contar da ordem de fornecimento*.

4.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 01 (um) dia de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.



4.3. Os bens/produtos deverão ser entregues no seguinte endereço Praça 14 de novembro, Centro- Araçuaçu-Go .

4.4. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 05 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.5 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.6 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

4.6.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança nem a responsabilidade ética-profissional pela perfeita execução do contrato.

5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

5.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.



5.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

5.3.1. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

5.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

5.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

5.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

5.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

5.6.1 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.

5.7 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.8 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.9 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para



apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

5.10. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, serão exigidas as seguintes certidões:

5.10.1. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débito Estadual (da sede da empresa) o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), e a Certidão Negativa de Falência e Concordata e Recuperação Judicial (da sede da empresa).

6. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

6.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de MENOR PREÇO POR ITEM.

6.2 Exigências de habilitação

6.2 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

6.2.1 Habilitação jurídica

6.2.1.1 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

6.2.1.2 **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:**

inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

6.2.1.3 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede.

6.2.1.4 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

6.2.1.5 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

6.2.1.6 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

6.2.17 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

6.2.2 Habilitação fiscal, social e trabalhista

6.2.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

6.2.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive



aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

6.2.2.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

6.2.2.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

6.2.2.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

6.2.2.6 Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

6.2.2.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

6.2.2.8 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar n. 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

7.2.3 Qualificação Econômico-Financeira

7.2.3.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));



8. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.2 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento 2024.

8.3 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

8.4 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento

Araçuaçu, Goiás, 04 (quatro) de março de 2024.

DANIELE DE CASSIA COSTA
Secretaria Municipal Assistência Social